

§ 2º - Os termos de compromisso de que trata o caput deverão definir prazos para a execução das ações necessárias à adequação à legislação ambiental considerando, inclusive, as condições sócio-econômicas dos produtores.

Art. 6º - A adesão aos Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais será voluntária e deverá ser formalizada por meio de contrato entre o produtor e a Prefeitura Municipal, no qual serão expressamente definidos os compromissos assumidos e demais condições a serem cumpridas pelo produtor para fazer jus à remuneração.

Parágrafo único - Os prazos dos contratos entre a Prefeitura e os provedores de serviços ambientais não serão inferiores a 2 (dois) nem superiores a 5 (cinco) anos.

Art. 7º - Os valores a serem pagos aos provedores de serviços ambientais serão calculados segundo a fórmula definida no Anexo II.

Parágrafo único - Os pagamentos serão condicionados ao cumprimento das obrigações previstas em contrato, cabendo às Prefeituras conveniadas aferir os serviços prestados por meio de vistoria técnica e correspondente relatório.

Art. 8º - Os critérios para a aferição dos serviços ambientais para fins de aplicação da forma de cálculo encontram-se no Anexo III.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução SMA nº 061, de 24 de junho de 2010.

(Processo SMA nº 7.352/2010)

ANEXO I

ROTEIRO PARA a ELABORAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO OBJETIVO

Este Plano de Trabalho deverá instruir a implantação e a gestão local do Projeto Mina D’água pelo Município....., de acordo com o que estabelece o Convênio firmado por este Município e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA.

DURAÇÃO

A duração do Plano de Trabalho deverá ser compatível com a fase de preparação ou implantação em que se encontra o projeto.

PRINCÍPIOS

O Município conveniado assume o papel de gestor do programa municipal de pagamentos por serviços ambientais. Para fins deste documento, inclui-se sob o título de proprietários rurais, os detentores de posse, desde que a mesma seja mansa e pacífica. As práticas de conservação de nascentes deverão ser propostas por meio de projetos, assinados pelo proprietário rural, que serão avaliados, classificados e eventualmente contratados pelo gestor do programa. É compulsório o cumprimento das normas técnicas e instruções operacionais editadas pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA para regulamentar o Projeto Mina D’água.

METAS

Fase I - Estruturação do projeto

Nesta fase serão detalhadas as características do projeto (inclui a definição de aspectos conceituais, técnicos e operacionais).

Fase II - Implementação do projeto

Esta fase compreende a implantação e monitoramento do projeto (inclui divulgação, assistência técnica, contratação, gestão dos contratos, monitoramento, etc.).

ATIVIDADES

Fase I

I-a) Formação, por parte do gestor do programa, de equipe responsável pelo planejamento, pela implantação e pela gestão do programa (sugestão: um responsável por aspectos técnicos, um responsável por procedimentos administrativos, um responsável por aspectos jurídicos);

I-b) Treinamento da equipe municipal sobre pagamentos por serviços ambientais - conceitos básicos e aplicação do instrumento, atividade sob responsabilidade da Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA;

I-c) Seleção da(s) área(s) de interesse para a implantação do programa e mapeamento das nascentes existentes nessa(s) área(s) - considerando os critérios de elegibilidade pré-definidos na Resolução que definiu o Projeto Mina D’Água;

I-d) Levantamento de dados para fins de diagnóstico socio-econômico e de percepção ambiental dos proprietários rurais da(s) área(s) de interesse e repasse desses dados à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, de acordo com instruções técnicas e operacionais editadas pela Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA para este fim; I-e) Definição do critério de priorização dos participantes; I-f) Definição dos critérios de priorização das nascentes, para o caso de haver mais de nascentes inscritas no programa do que sua meta;

I-g) Treinamento da equipe municipal sobre gestão de sistemas de pagamentos por serviços ambientais - requisitos, procedimentos e monitoramento, atividade sob responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA;

I-h) Definição dos procedimentos e periodicidade para a aferição e pagamento dos serviços ambientais prestados - de acordo com as instruções operacionais editadas pela Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA para este fim; I-i) Definição da estratégia e plano de comunicação/divulgação do programa (a abordagem ao proprietário rural deve necessariamente considerar o diagnóstico sócioeconômico e de percepção ambiental) - a Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA deve ser convidada a participar dessas discussões;

I-j) Definição de um sistema de monitoramento do programa;

I-k) Definição dos procedimentos operacionais básicos e responsabilidades no âmbito da equipe gestora;

I-l) Elaboração do fluxograma de informações do programa (relação entre todas as etapas, suas respectivas entradas e saídas de informações, além de todos os documentos e decisões que deverão ser tomadas com base nas informações recebidas);

I-m) Definição de modelos para os documentos básicos necessários à gestão do programa (ficha de inscrição, ficha de monitoramento, etc.);

I-n) Elaboração de um manual operativo do programa;

I-o) Elaboração do relatório de execução da fase I, conforme instrução técnica a ser editada pela Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA - o relatório deverá ser enviado à SMA.

Fase II

II-a) Implementação do plano de comunicação/divulgação do programa;

II-b) Apoio aos produtores rurais na elaboração dos projetos de conservação;

II-c) Recebimento e análise dos projetos de conservação de nascentes;

II-d) Seleção e contratação dos projetos;

II-e) Elaboração dos relatórios de execução da fase II, de acordo com instrução técnica a ser editada pela Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMA, e repasse dos mesmos à SMA.

ANEXO II

FORMA DE CÁLCULO DOS VALORES a SEREM PAGOS

Valor do pagamento = V Ref x (F Prot + F Imp) x 0,2, onde:

V Ref: VALOR DE REFERÊNCIA

F Prot: FATOR DE PROTEÇÃO DA NASCENTE

F Imp: FATOR DE IMPORTÂNCIA DA NASCENTE

FATOR DE PROTEÇÃO DA NASCENTE:: varia de 1 a 4, como segue:

Nascente protegida vege- tação em estágio inicial de regeneração	Nascente protegida vegetação em estágio médio de regene- ração ou plantio de mudas	Nascente protegida Vegetação estágio avançado
1	2	4

Obs1: Somente serão aceitas nascentes que se encontrem protegidas, livres de fatores de degradação e com vegetação em regeneração ou com plantio de mudas.

FATOR DE IMPORTÂNCIA: varia de 1,5 a 6, sendo a pontua- ção obtida pela soma de três sub-fatores, como segue:

F Imp = Sub-fator uso + Sub-fator vazão + Sub-fator localização

SUB-FATOR USO

Abastecimento de Comu- nidade isolada	Abastecimento da sede Município	Abastecimento regional
0,5	1	2

SUB-FATOR VAZÃO

Pequena (especificar con- siderando vazões obser- vadas na microbacia)	Média (especificar con- siderando vazões observa- das na microbacia)	Grande (especificar con- siderando vazões obser- vadas na microbacia)
0,5	1	2

SUB-FATOR LOCALIZAÇÃO

Jusante da captação	Montante da captação (influência indireta)	Montante da captação (influência direta)
0,5	1	2

Obs2: Somente serão aceitas nascentes em mananciais de abastecimento público

ANEXO III

CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO ÂMBITO DO PROJETO MINA D’ÁGUA

1. Fator de proteção da nascente: considera proteção da área e estágio de regeneração da vegetação

a. Proteção da área: demonstração de que a nascente encontra-se livre da presença de animais, fogo e focos de erosão.
b. Estágio de regeneração da vegetação: verificada conforme Resolução CONAMA nº 001, de 31 de janeiro de 1994, para o Bioma Mata Atlântica; Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009, e Resolução SMA nº 064, de 10 de setembro de 2009, para o bioma Cerrado.

2. Fator de Importância da nascente

2.1 Sub-Fator Uso: considera população atendida pela captação

a. abastecimento regional: fornecimento de água para sistemas regionais responsáveis pela abastecimento de mais de um Município

b. abastecimento da sede do Município: fornecimento de água para a sede do Município onde se localiza a captação

c. abastecimento de comunidade isolada: fornecimento de água para bairros ou pequenos núcleos urbanos isolados

2.2 Sub-fator Vazão: considera a vazão de permanência da nascente em um ano hidrológico, relacionando a vazão com sua probabilidade de ocorrência ao longo do tempo. Verificada através da observação do número de meses em que a nascente possui vazão perene.

a. vazão grande: nascente possui vazão perene o ano inteiro;

b. vazão média: nascente possui vazão perene nos 1º e 2º quadrimestres;

c. vazão pequena: nascente possui vazão perene apenas no 1º quadrimestre.

2.3 Sub-fator Localização: para a classificação da nascente quanto ao sub-fator localização, é necessária a presença de no mínimo três dos quatro requisitos listados para cada categoria indicada abaixo.

Montante da captação (influência direta):

a. Nascente localizada na cabeceira, ou em raio de até 5km da cabeceira da microbacia;

b. Presença de fragmentos florestais próximos à área da nascente, favorecendo a regeneração natural e a criação de corredores ecológicos;

c. Terreno com declividade acima de 18º

d. Ausência de fatores de degradação da qualidade da água entre a nascente e a captação de água para abastecimento humano.

Montante da captação (influência indireta):

a. Nascente localizada próxima (entre 5,1 e 10,0 km) à cabeceira da microbacia;

b. Presença de poucos fragmentos florestais próximos à área da nascente, favorecendo a regeneração natural;

c. Declividade do terreno entre 5º e 18%;

d. Presença de fatores de degradação da qualidade da água entre a nascente e a captação de água para abastecimento humano.

Jusante da captação:

a. Nascente localizada a mais de 10 km da cabeceira da microbacia;

b. Ausência de fragmentos florestais próximos à área da nascente;

c. Terreno pouco declivoso (declividade abaixo de 5º);

d. Nascente situada à jusante da captação de água para abastecimento humano.

Resolução SMA - 124, de 24-12-2010

Dispõe sobre a prorrogação de prazo previsto no artigo 4º, da Resolução SMA nº 066, de 30 de junho de 2010

O Secretário de Estado do Meio Ambiente resolve:

Artigo 1º - o prazo previsto no artigo 4º, da Resolução SMA nº 066, de 30 de junho de 2010, para apresentação da proposta de procedimentos para licenciamento e regularização das estruturas de que trata o artigo 1º dessa Resolução ao Secretário do Meio Ambiente, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, a partir do dia 02 de outubro de 2010.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. (Processo SMA nº 5.296/2010)

Despachos do Secretário De 21-12-2010

Considerando os elementos de instrução dos presentes autos, em especial o atendimento ao Parecer CJ nº 1.164/2010, e, notadamente a previsão do artigo 91 do Decreto Estadual nº 54.653/09, em especial o disposto no artigo 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pelas Leis Federais nº. 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98 e 9.854,99, combinado com o artigo 26 da Lei Estadual nº. 6.544/89, ratifico a Dispensa de Licitação, reconhecida pelo Senhor Chefe de Gabinete a favor da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP, conforme faculta o inciso XVI do artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/93. Destinada à contratação de serviços de informática e automação – hospedagem na modalidade “co-location” com a PRODESP. (Processo SMA nº 10658/2010)

De 23-12-2010

Ratificando, à luz do Parágrafo 5º do artigo 42 da Lei Federal 8.666/93, a adjudicação efetuada pela Gerente Executiva da Unidade de Coordenação do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares, na forma prevista nas Diretrizes para Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial, de maio de 2004 e revisadas em outubro de 2006 e no Acordo TF055091, firmado entre o Estado de São Paulo e o Banco Mundial e nos termos facultados pelo Parágrafo 5º do Artigo 42 da Lei Federal 8.666/93, à Ecociente Gestão e Desenvolvimento Socioambiental Ltda, o contrato para teste de viabilidade do uso de Reverse Auction mecanismo para pagamento por serviços ambientais. Processo SMA 3.831/2010. Parecer CJ 3.831/2010.

De 24-12-2010

Autorizando:

Com fundamento disposto no artigo 91, inciso VI, letra “b”, número 2 do Decreto nº 54.653, de 06/08/09, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Instituto de Botânica, receber da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, os bens móveis discriminados à fl.26, bem como cópias das notas fiscais acostados às fls.29/30, no valor venal de R\$24.500,76. Processo-SMA-21.222-2007;

Com fundamento disposto no artigo 91, inciso VI, alínea “b”, número 2, do Decreto nº 54.653/09, de 6 de agosto de 2009, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente/Instituto de Botânica, receber da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, os bens móveis discriminados à fl. 04, bem como cópia do Extrato da Declaração de Importação acostado às fls. 07/09, no valor venal de R\$4.178,60. Processo-SMA-10.974-2010.

INSTITUTO GEOLÓGICO

Resumo do Terceiro Termo Aditivo

Processo SMA nº 30.372/2007

Contrato IG N.º 04/2007

Contratante: Instituto Geológico

Contratada: RPC INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Prestação de serviços de manutenção de equipamentos de informática

CLÁUSULA PRIMEIRA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do dia 14/12/2010, e com término em 13/12/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor total do presente Termo é de R\$ 104.929,32 (cento e quatro mil, novecentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos), para o período de 14/12/2010 a 13/12/2011 sendo R\$ 4.795,15 (quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e quinze centavos) para o exercício de 2010, que deverão onerar os recursos da Fonte 001001001 – TESP, Programática 260133– Pesq. E Diag. De Recursos Naturais, Programa de Trabalho 18.541.2608.4311 Natureza de Despesa 339039-80–Conservação e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis 33903920-Instalação e Manutenção de Equipamentos de Informática, e o restante, no importe de R\$ 100.133,37 (cem mil, cento e trinta e três reais e trinta e sete centavos) à conta dos recursos orçamentários do exercício do ano de 2011.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estipuladas e não alteradas por este instrumento. Data Da Assinatura: 14/12/2010

COORDENADORIA DE BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE MATAS CILIARES

Despacho da Gerente Executiva, de 14-12-2010

Adjudicando, na forma prevista nas Diretrizes para Contratação de Consultores pelos Mutuários do Banco Mundial, de maio de 2004 e revisadas em outubro de 2006 e no Acordo de Doação TF055091, firmado entre o Estado de São Paulo e o Banco Mundial e nos termos facultados pelo Parágrafo 5º do Artigo 42 da Lei Federal 8.666/93, à Ecociente Gestão e Desenvolvimento Socioambiental Ltda, o contrato para teste de viabilidade do uso de Reverse Auction mecanismo para pagamento por serviços ambientais, no valor de R\$ 48.248,00. Processo SMA 3.831/2010. Parecer CJ 1106/2010.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

CENTRO DE ESTUDOS

Despacho do Procurador do Estado Chefe, de 24-12-2010

Processo CE nº 17040-486544/2010

Acolho a decisão da Pregoeira e homologo o resultado do pregão nº 11/2010, para contratação de serviço de Telefonia Fixo Comutado - STFC e adjudico o objeto à empresa In-Site Tecnologia Ltda, pela competência a mim conferida, nos termos do artigo 4º, inciso XXI, da Lei Federal nº 10.520/02 e artigo 3º, incisos V, VI e VII do Decreto estadual 47.297 de 06/11/02, para que produza seus efeitos.

Saneamento e Energia

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Despachos do Superintendente,

De 23-12-2010

AUTOS Nº 23.265/1974 – Prov. 04 – DAEE

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE AURIFLAMA

Assunto: De acordo com o PARECER PJU Nº 536/2010, fls. 215/217, autorizamos a renovação de comodato de 1 (um) transformador trifásico de 30 KVA, descrito e caracterizado a fl. 211 ao Município de Auriflama, pelo prazo de 3 (três) anos, observadas as normas legais.

AUTOS Nº 1.860/1986 – Prov. 08 – DAEE

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE VENCESLAU

Assunto: De acordo com o PARECER PJU Nº 549/2010, fls. 165/167, autorizamos a renovação de comodato de 1 (um) transformador trifásico de 15 KVA, e 01 Grupo Gerador de 40 KVA, descritos e caracterizados a fls. 161/162 ao Município de Presidente Venceslau, pelo prazo de 3 (três) anos, observadas as normas legais.

AUTOS Nº 24.870/84-Prov. 04-DAEE

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIUVA

Assunto: De acordo com o PARECER PJU Nº 558/2010, fls. 151/153 e COTA PJU Nº 344/2010-CHEFIA, fl. 154, autorizamos a renovação da cessão, em regime de comodato de 01 (um) transformador trifásico de 45 KVA, descrito e caracterizado à fl. 147, a Prefeitura Municipal de Taiuva, pelo prazo de 3 (três) anos, observadas as normas legais.

De 24-12-2010

Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto n.52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134 de 02/06/88, do Decreto n.32.955 de 07/02/91, da Lei 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. n.717 de 12/12/96,

Fica a PLURINIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 52.274.347/0001-26, autorizada a utilizar recursos hídricos, na Avenida Tancredo Neves, n.º 505, Bairro: Alto da Bela Vista, município de BATATAIS, para fins de atendimento industrial e reserva de incêndio, conforme abaixo relacionado:

- Poço Local-001 - DAEE 081-0071 - Aquífero Guarani (Formação Botucatu) - Coord. UTM (Km) - N 7.688,98 - E 229,38 - MC 45 - Prazo 05 anos - vazão 3,00 m3/h - período 04 h/d - 22 d/m.

- Lançamento Superficial - Rio Guareí - Coord. UTM (Km) - N 7.411,43 - E 784,87 - MC 51 - Prazo 10 anos - vazão 99,07 m3/h - período 24 h/d - 30 d/m. Autos DAEE 9305341 - Extrato de Portaria 2864/10.

Fica a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CNPJ 43.776.517/0186-31, concessão administrativa para utilizar recurso hídrico, na Fazenda Santo Antonio, s/n., município de GUARÉI, para fins de efluente público, conforme abaixo relacionado:

- Lançamento Superficial - Rio Guareí - Coord. UTM (Km) - N 7.411,43 - E 784,87 - MC 51 - Prazo 10 anos - vazão 99,07 m3/h - período 24 h/d - 30 d/m. Autos DAEE 9400219 - Extrato de Portaria 2865/10.

Fica a COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CNPJ 43.776.517/0442-09, autorizada a interferir em recursos hídricos, próximo à Rua Argenor Domingues Varnada, Vila Cândida, município de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, para fins de drenagem, conforme abaixo relacionado:
- Canalização - Rio Buquira ou Ferrão Canalização aberta-Coord. UTM (Km) - N 7.440,26 - E 407,58 - MC 45 - e Coord. UTM (Km) N 7.440,18 - E 407,53 - Prazo 20 anos. Autos DAEE 9600155, Prov. 014 - Extrato de Portaria 2866/10.

Fica outorgada à CIA. DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CNPJ 43.776.517/0003-41, autorização administrativa para interferir em recurso hídrico, na Rua Adolfo B.C. Menezes, Chácara Santo Antonio, município de CAÇAPAVA, para fins de passagem de rede coletora de esgoto, conforme abaixo relacionado:

- Travessia Subterrânea - Afluente do Rio Paraíba do Sul - Coord. UTM (Km) - N 7.449,59 - E 427,23 - MC 45 - Prazo 30 anos. Autos DAEE 9600532, Vol. 004 - Extrato de Portaria 2867/10.

Fica outorgada à PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÚ, CNPJ 46.634.440/0001-00, autorização administrativa para interferir em recurso hídrico, entre a Avenida dos Ciprestes e a Rua Eloy Ricci, Vila Bandeirantes, município de ITÚ, para fins de implantação de ferrovia turística, conforme abaixo relacionado:

- Travessia Aérea - Ribeirão Guaraú/Córrego Brochado - Coord. UTM (Km) - N 7.427,17 - E 263,43 - MC 45 - Prazo 30 anos. Autos DAEE 9800513, Vol. 02 - Extrato de Portaria 2868/10.

Fica outorgada à PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, CNPJ 51.885.242/0001-40, autorização administrativa para interferir em recursos hídricos, na Pista Leste, Marginal do Córrego Piçarrão, Vila Industrial, município de CAMPINAS, para fins de passagem, conforme abaixo relacionado:

- Travessia Aérea - Rio do Piçarrão - Coord. UTM (Km) - N 7.464,56 - E 287,11 - MC 45 - Prazo 10 anos.

- Travessia Aérea - Rio do Piçarrão - Coord. UTM (Km) - N 7.464,56 - E 287,14 - MC 45 - Prazo 10 anos.

- Travessia Aérea - Rio do Piçarrão - Coord. UTM (Km) - N 7.463,99 - E 287,66 - MC 45 - Prazo 10 anos. Autos DAEE 9806619 - Extrato de Portaria 2869/10.

À vista do Decreto Estadual n. 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAEE 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da Diretoria de Bacia do Paraíba e Litoral Norte, inserto no autos DAEE 9600155, Prov. 014, ficam aprovados os estudos com interferência em recursos hídricos superficiais, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade drenagem, próximo à Rua Argenor Domingues Varnada, Vila Cândida, no município de SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, requerida pela COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, CNPJ 43.776.517/0442-09, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria.

- Canalização - Rio Buquira ou Ferrão -